ATA DA 73ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 2 DE SETEMBRO DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR EDVALDO BRITO (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX MINE, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, KIKI BISPO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO, estando licenciado o vereador JOSÉ TRINDADE. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 786/19 da Secretaria Municipal de Mobilidade (SEMOB) em resposta a pleito da CMS; Ofício n. 7/19 do Núcleo de Amigos do Órgão de Tubos (NAOT) informando sobre campanha e evento relacionado a se realizar no Centro de Cultura da CMS em 10 de setembro, às 9h, e também no Centro Cultural dos

Capuchinhos BA/SE em 11 de setembro, às 14h, com palestras e outras ações; Projetos de Lei n.s 285/19 da vereadora Marcelle Moraes, 286 e 287/19 do vereador Luiz Carlos Suíca, 288/19 do vereador Vado Malassombrado, 289/19 do vereador Odiosvaldo Vigas e 290/19 do vereador Sidninho; Projetos de Resolução n.s 117/19 da vereadora Ireuda Silva e 118/19 do vereador Orlando Palhinha; Projetos de Indicação n.s 649/19 do vereador Duda Sanches, 650/19 do vereador Sílvio Humberto, 651 a 655/19 da vereadora Marcelle Moraes, 656 a 664/19 da vereadora Ireuda Silva, 665 e 666/19 do vereador Odiosvaldo Vigas e 667 a 687/19 da vereadora Ireuda Silva; Requerimentos n.s 169 e 170/19 do vereador Odiosvaldo Vigas; Requerimentos de Utilidade Pública n.s 69/19 do vereador Sidninho, 70/19 do vereador Odiosvaldo Vigas e 71/19 do vereador Sidninho; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente saudou os representantes dos servidores do Correios em campanha contra a privatização dessa estatal. Na **Tribuna Popular**, o senhor Maurício Fortes Garcia Lorenzo, da Associação dos Profissionais dos Correios-Regional da Bahia (ADCAP), historiou a presença dos Correios na realidade do País desde a criação do serviço postal, há mais de 350 anos, até o atual *status* de empresa pública da entidade. Expôs dados sobre a atividade realizada pelos Correios, destacando que não se tratava de uma atividade de natureza econômica e que sobre ela havia o imperativo da continuidade do serviço postal, fatores que apontou como incompatíveis com a perspectiva de privatização então em curso. Sustentou que as novas tecnologias, que, para alguns, tornariam menor a necessidade dos Correios, na verdade ampliavam a malha de negócios, o que acabava por manter a necessidade do serviço postal. Apontou a existência de comunidades remotas e não-servidas pela tecnologia, as quais dependiam dos Correios. Comparou a realidade brasileira à de outros países e defendeu estudos sobre as condições nas quais atuavam os Correios, para que se estabelecesse um novo marco regulatório. Pediu que a CMS não ficasse alheia à questão da privatização. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, a vereadora Marta

Rodrigues saudou os representantes dos Correios na Galeria; destacou que a estatal era presente em todo o território nacional; e defendeu a continuidade de seus serviços e a manutenção de sua natureza pública. Apontou a importância dos Correios na economia de muitos lugares e pediu aprovação para Moção de apoio e Projeto de Indicação em favor da estatal. O senhor presidente informou que essas proposições seriam votadas na próxima quarta-feira e pediu o apoio dos pares para a sua aprovação. Informou ainda que fora publicada, no Diário Oficial, a sanção do prefeito à Lei que concedia isenção do ISS relativa aos transportes públicos, destacando a Comissão Especial criada sobre esses transportes, cuja composição expôs, mencionando audiências públicas que a nova Comissão realizaria. Disse que o vereador Edvaldo Brito emprestaria seu saber jurídico aos trabalhos da Comissão e faria interlocução com a imprensa. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Joceval Rodrigues (26 de agosto) e José Trindade (2 a 4 de setembro). Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza pediu que fosse incluída uma vereadora mulher na Comissão sobre os transportes. O senhor presidente explicou que a composição já estava definida e publicada, e salientou que, desempenhando suas funções de ouvidora, a vereadora Aladilce Souza poderia desempenhar um papel importante junto à Comissão. O vereador Marcos Mendes saudou os trabalhadores dos Correios. Disse que havia 23 assinaturas para a criação de Comissão Especial de Inquérito (CEI) sobre os transportes e pediu que o senhor presidente desse andamento a essa demanda. O senhor presidente respondeu que o faria assim que o vereador Marcos Mendes apresentasse o respectivo Requerimento à Mesa Diretora. O orador prosseguiu historiando sua formação escolar e universitária em instituições de ensino públicas, salientando a importância das instituições públicas e enaltecendo o papel dos Correios, a cuja causa declarou apoio. O vereador Sílvio Humberto pediu um minuto de silêncio pelo falecimento de um membro do PSB, Eduardo Cruz, cujo perfil aguerrido destacou. Foi observado o minuto de silêncio. O orador prosseguiu criticando o Governo Federal por buscar a privatização das estatais, as quais afirmou que eram

indevidamente penalizadas pelo que havia de errado. Declarou apoio aos Correios e aos seus profissionais, afirmando que comunicação é poder e rejeitando o argumento de ineficiência lançado sobre essa estatal. Observou que, antes do advento da tecnologia da informação, os trabalhadores dos Correios já assumiam a missão de promover a correspondência entre todos. O vereador Edvaldo Brito comentou sobre as várias razões apresentadas por seus pares contra a privatização dos Correios e acrescentou que havia uma razão jurídica sobre isso, presente nos artigos da Constituição Federal que determinavam a natureza pública do serviço postal. Afirmou que havia outras ações do estado cuja natureza permitia sua delegação a entes privados e considerou que uma privatização dos Correios tornaria a empresa vulnerável a influxos político-partidários. Mencionou a obrigação do estado de tratar da privacidade das comunicações entre os cidadãos. A vereadora Aladilce Souza endossou os pares que haviam se pronunciado, afirmando que os Correios eram um símbolo nacional centenário, assim como a Petrobras, e que sua privatização levaria embora uma parte do Estado brasileiro. Mencionou a dimensão estratégica dos Correios e afirmou que o Governo Federal atuava de modo destrutivo. Apontou os riscos para milhões de trabalhadores da estatal, cujo futuro seria incerto após uma privatização, e defendeu que a Moção sobre o assunto, a ser votada na Casa, fosse, após aprovada, encaminhada às instituições políticas federais. O senhor presidente enalteceu o papel da Ouvidoria, exercido pela vereadora Aladilce Souza, no tratamento dessa e de outras questões. No **Pinga-Fogo**, o vereador Luiz Carlos de Souza declarou solidariedade aos servidores dos Correios. Lembrou sua luta pela Capoeira e informou êxito em sua proposta de inclusão da modalidade nas escolas, considerando ter sido uma conquista para a Cidade. Historiou as medidas a esse respeito, mencionando a Proposição de sua autoria, a qual, após aprovada, fora objeto de sanção pelo prefeito e estava em fase de implementação. Explicou que fora lançado Edital, em 28 de agosto e com validade até 11 de setembro, da Fundação Gregório de Matos, sob gestão da Secretaria de Educação, para que, no

primeiro semestre de 2020, a Capoeira já estivesse nas escolas, o que seria possível com o apoio de uma Emenda sua. Informou evento com os capoeiristas para tratarem do andamento desse processo. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: registros do vereador Demétrio Oliveira.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO